



Um estudo sobre a transição curricular na Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul (PR): a agroecologia como uma brecha camponesa¹

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa²
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
<https://orcid.org/0000-0001-6304-3831>

Guilherme Francisco Klahold³
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
<https://orcid.org/0000-0002-8789-2720>

Resumo: Este artigo pretende investigar os alcances da educação em agroecologia enquanto uma formação técnica-profissionalizante, em que analisaremos os impasses e os dilemas dessas práticas nas escolas do campo. Como referência das nossas reflexões, estudaremos o caso da transição curricular do curso Técnico em Agroecologia para o curso Técnico Agrícola, na Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul (PR). Esse processo revelou pistas para avaliar as ambiguidades, os desafios e as oportunidades da expansão e institucionalização de alternativas ecológicas. Indagamos sobre a possibilidade de compreender o desenvolvimento da agroecologia enquanto uma “brecha camponesa”, em tensão com uma forma de agricultura convencional e hegemônica, produzindo possibilidades de criação de novas relações de produção, socialização e autonomia.

Palavras-chave: Educação do campo. Educação em agroecologia. Casa familiar rural. Brecha camponesa.

Un estudio sobre la transición curricular en la Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul (PR): la agroecología como una brecha campesina

Resumen: Este artículo tiene como objetivo investigar el alcance de la educación en agroecología como formación técnico-profesional, analizando los desafíos y dilemas de estas prácticas en las escuelas rurales.

¹ Recebido em: 20/01/2024. Aprovado em: 03/02/2025.

² Docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e vinculado aos Programas de Pós-graduação em Sociologia (PPGSocio) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade). Pesquisador Centro de Estudos Rurais do Paraná (CERU), do Observatório Fundiário Fluminense (UFF) e coordenador do Observatório de Conflitos Socioambientais (UFPR). Mestre e doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). E-mail: rodolfolobato@ufpr.br

³ Pesquisador Licenciado em Ciências Sociais pela UFPR e mestre em Sociologia pelo PPGSocio (UFPR) na linha de pesquisa de Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente. Experiência como docente no ensino básico e em pesquisa de temas agrários, com ênfase na Educação do Campo, na Educação Socioambiental e na Agroecologia. E-mail: guilhermefranciscoklahold@gmail.com

Utilizando la transición curricular del Curso Técnico en Agroecología al Curso Técnico Agrícola en la Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul (PR) como referencia para nuestras reflexiones, este proceso proporciona pistas para evaluar las ambigüedades, desafíos y oportunidades de la expansión e institucionalización de alternativas ecológicas. Nos preguntamos sobre la posibilidad de comprender el desarrollo de la agroecología como una "brecha campesina", en tensión con una forma de agricultura convencional y hegemónica, generando posibilidades para la creación de nuevas relaciones de producción, socialización y autonomía.

Palabras-clave: Educación rural. Educación en agroecología. Casa familiar rural. Brecha campesina.

A study on curricular transition at the Rural Family House of São Mateus do Sul (PR): agroecology as a peasant gap

Abstract: This article aims to investigate the scope of education in agroecology as a technical-professional training, analyzing the challenges and dilemmas of these practices in rural schools. Using the curricular transition from the Agroecology Technical Course to the Agricultural Technical Course at the Rural Family House of São Mateus do Sul (PR) as a reference for our reflections, this process provides insights to assess the ambiguities, challenges, and opportunities of expanding and institutionalizing ecological alternatives. We question the possibility of understanding the development of agroecology as a "peasant gap," in tension with a conventional and hegemonic form of agriculture, generating possibilities for the creation of new production, socialization, and autonomy relationships.

Keywords: Rural education. Agroecology education. Rural family house. Peasant gap.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma análise dos dilemas da educação em agroecologia na Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul (CFR-SMS). A escola está localizada no município de São Mateus do Sul (PR), e foi criada no ano de 2006, com a intenção de atender uma demanda dos agricultores familiares da região por um ensino mais adequado para os jovens do campo. No período da pesquisa (2021-2023), a escola encontrava-se num momento de transição curricular, que provocou a progressiva extinção do curso Técnico em Agroecologia, vigente desde 2009, para passar a ofertar o curso Técnico Agrícola a partir de 2021.

A cidade de São Mateus do Sul é marcada pela presença expressiva da agricultura familiar, que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários. Ainda assim, há uma predominância da agricultura convencional, com poucos estabelecimentos de produção orgânica ou agroecológica. Por exemplo, do total de 6.373 estabelecimentos agropecuários identificados pelo Censo Agro (IBGE, 2017),

4.477 fizeram adubação química, 4.682 utilizaram agrotóxicos em suas produções, 300 estabelecimentos fizeram adubação orgânica⁴.

A partir desse cenário, propomos compreender os diferentes fatores que contribuíram para a criação dos cursos técnicos e a recente transição curricular da CFR-SMS. Apresentaremos dilemas e adversidades próprias enfrentadas pela escola para sobreviver em meio a um contexto de oscilação nos investimentos estatais, influências das empresas do agronegócio e a internalização de valores produtivos de uma agricultura convencional por parte da comunidade escolar.

Esse tema faz-se relevante para pensarmos nas relações de dominação, autonomia e adaptação entre a agricultura familiar, o Estado e as elites agrárias. Além do mais, o caso revela questões pertinentes sobre a pauta do ensino de agroecologia, que tem ganhado espaço dentro do movimento da educação do campo.

Apesar da ampliação dos cursos de agroecologia nas instituições de ensino formais nas últimas duas décadas, esse tema permanece como um campo de disputa. Dentre os impasses identificados, podemos citar a falta de adesão política para construção de políticas públicas e a falta de uma certificação regional (Norder, 2010 *apud* Balla; Massukado; Pimentel, 2014). Além do mais, também há uma baixa inserção profissional para formados nessa área, argumento frequentemente utilizado por educadores e gestores da CFR-SMS para justificar o desinteresse em continuar a formação em agroecologia.

Esta situação nos leva a alguns questionamentos: será que o desenvolvimento da agroecologia estaria condicionado a outros fatores para além da educação, como a existência de mercados alternativos e/ou de incentivos do Estado? Quais são os dilemas enfrentados no cotidiano da escola para a implementação de uma formação técnica em agroecologia? Como se opera a tensão entre agricultura convencional e alternativa dentro de um ambiente escolar?

As questões e os dados de campo indicaram como hipótese inicial de trabalho a identificação de “brechas” conjunturais, representada pela possibilidade de novas formas de reprodução do campesinato através da educação do campo e da educação em agroecologia. Um espaço eivado de ambiguidades, de negação e afirmação de um

⁴ Entre os agricultores familiares, os números seguem uma tendência parecida: 4.223 usaram adubação química, 3.821 usaram agrotóxicos, e apenas 202 usaram adubação orgânica. Além do mais, dos 1.246 estabelecimentos rurais que não usam agrotóxico, só 210 praticam a agricultura orgânica, sendo 142 da agricultura familiar (IBGE, 2017).

mundo rural entre lógicas camponesas e capitalistas. Assim, a transição curricular vivenciada pela CFR-SMS apareceu como *locus* privilegiado para observação sociológica.

METODOLOGIA

O artigo trata de um estudo de caso que foi realizado através das inspirações da metodologia participante (Brandão, 1999; Thiollent, 1988). Em matéria de interação e de comunicação com o público-alvo, as transformações pretendidas se relacionaram com a construção de espaços de conversa e entrevistas.

As indagações e questionamentos tinham como objetivo “desnaturalizar” as representações dos interessados e os seus sentimentos de hostilidade ou de solidariedade à agroecologia. Para tal, os relatos apareceram como ponto de partida para a construção dos problemas e objetivos de pesquisa, cujos diálogos possibilitaram uma abordagem crítica frente às representações emergentes e às novas configurações da escola.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos: o primeiro em 2021, em caráter prospectivo, durante o debate sobre a transição curricular, quando conversamos com as professoras e gestores sobre as expectativas para a mudança. O segundo ao longo de 2023, dois anos após o início da transição curricular, quando entrevistamos os novos professores, técnicos, gestores e estudantes, questionando sobre o cenário agropecuário da região, sobre o espaço para desenvolver a agroecologia no município, as opiniões sobre o novo curso e as expectativas em torno da inserção profissional.

Nesse último momento, o pesquisador permaneceu em períodos alternados na cidade de São Mateus do Sul, em que houve a possibilidade de uma observação da rotina da escola, visita às feiras, intervenções em salas de aula e nas apresentações dos Projetos Profissionais de Vida do Jovem. Por se tratar de uma ação educacional, em matéria de participação, a pesquisa se pautou em questionar as representações que se difundem pelo discurso (Thiollent, 1988), problematizando a ideia de que uma determinada prática ou conhecimento pode simplesmente “desaparecer” numa transição curricular.

A partir desse contexto, em 2023, foram entrevistadas 34 pessoas, mas nesse artigo citaremos 8, entre os quais 3 professores, 3 técnicas dos projetos da escola e 2 estudantes. Os nomes indicados ao longo do texto são pseudônimos, para manter o direito ao anonimato. Os dados utilizados neste artigo referem-se apenas ao segundo

momento da pesquisa, que corresponde ao período posterior à aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir de 06 de julho de 2023⁵.

A escolha por analisar o caso da CFR-SMS tem como pressuposto a existência de conflitos e intercessões paradoxais entre os paradigmas convencionais e agroecológicos. Consideramos importante a investigação dos fenômenos que demonstram as diferentes interpretações entre esses modelos, o que pode ser encontrado em dilemas práticos, nas rupturas epistemológicas e nas mudanças estruturais, justificando a análise de uma transição curricular.

Buscaremos identificar pistas para pensar na forma como a agroecologia sobrevive em meio a um contexto marcado pela agricultura capitalista. Para subsidiar nossas reflexões, teremos como referência os textos clássicos da sociologia rural sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, em tensão com as lógicas camponesas (Kautsky, 1980; Lênin, 1985; Chayanov, 1981; Abramovay, 2007) e os trabalhos historiográficos relacionados ao conceito de “brecha camponesa” e ao protocampesinato negro e indígena no Brasil (Cardoso, 1987).

Esse conceito, de capitalismo agrário, deve ser atualizado, tendo em vista um determinado contexto de ensino da agroecologia e com as especificidades de um novo ciclo econômico nacional, interpretado como consequência de uma “modernização conservadora” (Delgado, 1985; 2001) ou de uma “modernização dolorosa” (Graziano da Silva, 1981). Os efeitos dessa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo no campo têm como característica a concentração fundiária, o uso de máquinas e insumos químicos para o aumento da produção, com elevados custos ambientais e sociais.

A partir dessas referências, apresentaremos elementos que indicam a atualidade da noção de “brecha camponesa”, de Ciro Flamarion Cardoso (1987). Em outras palavras, vislumbramos instrumentalizar o conceito de “brechas camponesas” (Cardoso, 1987) e as possíveis semelhanças com a situação da agroecologia no contexto contemporâneo, como resistência a um modelo do agronegócio, com a ressalva de que essa noção surgiu para revelar as características camponesas no período colonial, como resistência à *plantation*.

Essa perspectiva histórica ajuda-nos a repensar a agroecologia como um campo em disputa, consistindo em uma proposta para lidar com uma série de crises que

⁵ Protocolo número CAAE nº 70248223.0.0000.0214 e aprovada com o Parecer 6.166.982.

impactam a vida e o trabalho das populações do campo. Mais do que uma forma de manejo dos recursos naturais, utilizamos como referência a conceituação de Caporal, Costabeber e Paulus, quando concebem esse conhecimento/prática de um enfoque holístico, que “pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência” (2011, p. 47).

Sem pretensão de desenvolver um debate epistemológico, trataremos a agroecologia como uma estratégia da agricultura familiar para conciliar questões ambientais, econômicas e culturais no embate com as lógicas capitalistas e hegemônicas. Um exemplo neste sentido é o estudo de Gondim de Araújo (2012), que usou da noção de “brecha camponesa” para pensar como a herança da comunidade negra rural do Engenho Siqueira, da Zona da Mata pernambucana, possui culturas e técnicas compatíveis com a agroecologia.

De forma similar, Silva (2019) instrumentalizou a ideia de “brecha camponesa” para analisar “as contribuições históricas das comunidades negras (quilombolas ou não) para a construção do conhecimento agroecológico na atualidade” (2019, p. 81). O autor identificou elementos correlatos entre as experiências quilombolas, as “brechas camponesas” e os saberes agroecológicos. Assim, Silva (2019) sublinhou como essas experiências influenciaram a organização de circuitos curtos de comercialização.

Essas brechas nos indicaram estratégias construídas para criar potenciais rotas de fuga e espaços de autonomia dentro do sistema hegemônico que, embora não chegassem a pôr em risco a estrutura do mercado, possibilitaram a criação de sistemas produtivos e sociais alternativos. Neste sentido, nosso estudo pretende contribuir com os desafios da consolidação de novas “brechas” dentro do capitalismo agrário contemporâneo.

A CASA FAMILIAR RURAL DE SÃO MATEUS DO SUL

A Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul (CFR-SMS) pode ser pensada como uma instituição em disputa, que se caracteriza pela utilização da Pedagogia da Alternância. Essa proposta pedagógica busca uma articulação entre a escola e a família no processo de aprendizagem, cujos princípios estão presentes desde a criação das primeiras *Maison Familiales Rurales* (MFRs).

A MFR surgiu no ano de 1935, na cidade de Lot-et-Garonne (França), e tinha o intuito de transformar as bases educacionais. O processo de modernização provocara um aprofundamento da desigualdade entre as populações do meio urbano e rural, além de repercutir na desvalorização dos saberes camponeses.

A iniciativa de construção da primeira MFR foi de Pierre-Joseph Granereau, padre que militou em favor do desenvolvimento de uma escola que fosse mais adaptada para os jovens rurais. A falta de uma instrução escolar adaptada às demandas locais e a falta de lideranças próprias do campo apresentaram-se como problemas sociais que estimulavam as tendências de proletarização da época (Granereau, 2020).

As MFRs se contrapunham ao modelo de educação caracterizado pela reprodução de saberes urbanos ou uma educação agrícola tecnicista. Neste sentido, as escolas criadas pelo padre tinham a perspectiva de valorizar a cultura, aumentando a autoestima dos jovens, buscando diminuir o êxodo rural e fortalecer a autonomia camponesa.

A experiência das MFRs influenciou a construção das políticas públicas educacionais em outros países. No caso paranaense, a primeira escola criada a partir dos princípios da alternância foi a Casa Familiar Rural do município de Barracão⁶ (PR), implementada no ano de 1989. Essa experiência acarretou a criação da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR-SUL) no ano de 1991, sendo essa organização uma das principais responsáveis por aplicar os princípios da alternância nas escolas do estado (Lima, 2013). No final de 1993, foi criada também a ARCAFAR-PR, que contribuiu com o apoio na formação dos docentes.

Em 1994, o estado paranaense desenvolveu o Programa de Apoio à Implementação de Casas Familiares Rurais (CFRs), que incentivou o desenvolvimento das Casas como uma política pública. Assim, o estado diversificou a forma de assessoria técnica, além de suporte para materiais didáticos e estrutura física. Houve, também, um apoio para a elaboração dos currículos e formação docente em conformidade com os parâmetros estaduais (Bof, 2006). Por conseguinte, em 1995 havia 15 CFRs em funcionamento no Paraná, e mais 10 escolas em fase de implementação, com a oferta de ensino profissionalizante.

⁶ Posteriormente, a cidade passou a ser denominada como Bom Jesus do Sul.

Entretanto, mesmo em meio a um processo de expansão, no final da década de 90 ocorreu uma tensão envolvendo o financiamento das CFRs, que afetou o pagamento dos profissionais que trabalhavam nessas instituições, marcando o início de uma longa trajetória de oscilações no investimento público. Conforme destacado pela fala do professor Thiago, que colabora há mais de 20 anos na articulação e coordenação da ARCAFAR-PR:

Em 1999 nós já tivemos, né, um grande abalamento aí em todas as Casas Familiares Rurais, mas elas não chegaram a fechar. É porque o governo na época (...) Ela não entendia a educação do campo, as casas familiares rurais como prioridade, né? Chegou a falar que era muito mais valorizado investir um recurso para preso que na própria casa familiar rural, né? (...) e aí a teve uma crise, acho que financeira também, nessa história do governo Lerner, né? Mas nós, como era conveniados com a Secretaria de Educação, com a Secretaria da Agricultura não era prioridade (...) ficamos 8 meses sem receber todos (...) os funcionários. E aí é que os Municípios foram decisivos também para não fechar as casas familiares rurais e a própria associação, da comunidade, dos pais, né? Então não acabou fechando nenhuma casa familiar rural (...) com essa dificuldade de salarial, né!? Porque o governo não entendia, a educação do campo não era prioridade do seu governo. (Thiago, entrevistado em dezembro de 2023).

Segundo Thiago, as oscilações nos investimentos das CFRs no Paraná estiveram correlacionadas aos posicionamentos dos governos estaduais de cada época. O entrevistado destacou como, a partir de 2003, em um outro contexto político, ocorreu um novo movimento de ampliação das CFRs paranaenses⁷. Esse movimento culminou na criação das turmas de ensino técnico integrado ao ensino médio, em 2006. Assim, foram implementados os cursos de técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Agroecologia, Gestão Ambiental, Alimentos, Administração Rural e Agricultura.

As mudanças governamentais impactaram no funcionamento dessas escolas, seja na definição dos recursos ou nas orientações curriculares que estruturaram o projeto político-pedagógico. Thiago salientou que, embora a criação das CFRs tenha como o ponto de partida o apoio das comunidades, a sua ampliação se sustentou principalmente pelo investimento do estado e dos municípios.

Outro ponto a ser enfatizado foi o papel das instituições privadas de cada região, que auxiliaram na manutenção e melhoramento da estrutura de ensino através de

⁷ “...a partir de 2003, a gente daí teve bastante avanço, né? A nível de estado e também a nível federal, né?! Porque o próprio governo Requião, que lá no início fundou as primeiras casas familiares, que ele era do governo lá (...) até 93. Então, na verdade ele retomou e ele teve como sua bandeira de luta, o governo e os próprios funcionários lá, a educação como um todo no Paraná. E as Casas Familiares Rurais tiveram como discutir, dialogar a formar uma base junto com a Secretaria de educação, aonde que nós tivemos um grande avanço, né?” (Thiago, entrevistado em dezembro de 2023)

projetos. Estas empresas alocaram recursos nas escolas como forma de contrapartida social frente aos impactos causados em determinado território, desenvolvendo projetos pautados na economia local, na sustentabilidade ambiental ou então em temas como a inclusão digital. A presença dessas empresas teve forte influência sobre o funcionamento das escolas.

A partir desta ilustração breve, podemos contextualizar a construção da CFR-SMS, no ano de 2006. A escola foi projetada através da articulação entre a ARCAFAR-SUL e as prefeituras de São Mateus do Sul e de Antônio Olinto, além de contar com a participação de empresas e produtores da região, que concederam suas propriedades para a realização das visitas técnicas dos estudantes.

Dentre as empresas que contribuíram ao longo da história da escola, destacam-se a presença da *Philip Morris*, que pagou as horas-aula de um professor de informática e doou computadores, além de empresas tabagistas como a *Japan Tobacco International* e a Souza Cruz. Outra empresa que financiou projetos na CFR-SMS foi a Petrobras, que possui empreendimentos de exploração e beneficiamento do xisto mineral na região de São Mateus do Sul. Dentre os projetos financiados pela Petrobras, que financiou a instalação de dois laboratórios agroindustriais na escola.

A CFR-SMS, ao longo dos seus 17 anos, já passou por uma série de mudanças estruturais envolvendo a configuração do corpo docente, as articulações da escola com a região, os projetos, a administração da instituição e, mais recentemente, a própria organização do currículo escolar. Nos debruçaremos mais incisivamente sobre essa última questão, que diz respeito à transição curricular do curso técnico em Agroecologia, implementado em 2009, para o curso Técnico Agrícola, que passou a entrar em vigor no ano de 2021.

O CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA

O curso técnico em Agroecologia integrado ao ensino médio foi implementado na CFR-SMS a partir do ano de 2009, em um movimento replicado nos municípios de Pinhão e São Jorge do Oeste. Segundo conversas que tivemos com professoras técnicas que atuam há mais tempo na instituição, a escolha do curso Técnico em Agroecologia esteve relacionada a um movimento ecológico, que pretendia ampliar a pauta do desenvolvimento sustentável.

Ela [a ideia de uma educação em agroecologia] surgiu de um grupo de pesquisadores de agricultores experimentadores [...] e foram conhecer a escola de Bituruna, que já tinha a pedagogia da alternância. Então, em 2003, começou essa negociação pra eles aprenderem como era a casa familiar rural. (Téc. Rosy, entrevistada em outubro de 2023).

A proposta inicial tomou a forma de um curso organizado em 20 disciplinas — sendo doze da base curricular comum e oito disciplinas técnicas específicas — e um estágio supervisionado obrigatório. O plano do curso possuía fundamentos pautados na sustentabilidade ambiental e no fortalecimento da agricultura familiar, e incentivos à construção de espaços produtivos para subsistência e comercialização integrados com o meio ambiente e a cultura local.

Conforme o Projeto Político Pedagógico⁸ (PPP) atualizado em 2014, podemos identificar a concepção ecológica como fundamento central das disciplinas do Técnico em Agroecologia. Tanto as ementas das disciplinas da base técnica quanto comum do curso mencionavam princípios ambientais e ecológicos⁹. Outro tema bastante focado nas disciplinas era a agricultura familiar e suas práticas.

Nesse sentido, podemos interpretar que efetivamente havia diversas estratégias para trabalhar inter e transdisciplinarmente com temas próprias da vida do campo, com o foco em uma lógica de baixo para cima, relativizando a ideia do mercado como único centro gravitacional para a reprodução camponesa. Os temas do currículo do curso técnico em Agroecologia estavam associados não só a uma pauta pela “ecologização da agricultura”, como também à busca por incentivar a autonomia e as relações familiares dos estudantes.

⁸ “O Técnico em Agroecologia percebe de maneira sistêmica as implicações sociais, econômicas, ambientais, políticas e técnicas de sua atuação profissional, agindo para detectar os problemas e aplicar as soluções técnicas, de forma suficientemente criativa, sustentável, rápida e coerente com a realidade rural. Atua em sistemas de produção agropecuária e extrativista fundamentados em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos de produção. Desenvolve ações integradas unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos. Atua na conservação do solo e da água. Auxilia ações integradas de agricultura familiar considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos. Participa de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos. Sendo tolerante e receptivo a diversidade cultural, étnica, religiosa, política e social das comunidades onde vier a se inserir no mundo do trabalho” (PPP-CFR-SMS, 2014, p. 3)

⁹ Por exemplo, no caso da disciplina da base técnica “Agricultura Ecológica”, a ementa propunha: “Princípios do desenvolvimento rural sustentável. Histórico da Agroecologia. Formas de agricultura. Modelos alternativos de agricultura. Princípios ecológicos na agricultura. Horticultura. Grandes culturas agroecológicas. Base ecológica do manejo de pragas e doenças. Ecologia do manejo de ervas daninhas. A ciclagem de nutrientes. Uso e conservação da água, uso e conservação de energia, preservação florestal. Métodos de Irrigação (CFR-SMS, 2014, p. 58)

Esse objetivo, de acordo com as entrevistas realizadas, foi construído pela constatação de que muitos da comunidade escolar, apesar de terem uma terra cultivável não investiam na produção agropecuária. A entrevistada Renata, que já foi estudante da CFR-SMS e em 2023 estava atuando como técnica dentro da escola, fez as seguintes considerações quando questionamos o que aprendeu durante sua formação:

O que aprendi aqui... acho que dar valor para a propriedade, a gente quando é jovem só tem a ideia de sair, fazer 18 anos e sair da propriedade ne, mas aqui na casa familiar rural, principalmente eu aprendi essa parte de dar valor, poder trabalhar com a família e estar junto com ela ali, é o que eu vou levar (Téc. Renata, entrevistada em outubro de 2023).

Entretanto, mesmo que o Curso Técnico em Agroecologia tenha sido construído com o objetivo de atender as demandas dos agricultores familiares da região e incentivar práticas sustentáveis, aos poucos se instaurou uma insatisfação de parte da comunidade escolar. Houve dificuldades para desenvolver os princípios da agroecologia no contexto em que estão inseridos — marcado pela agricultura convencional. Fato evidenciado numa entrevista, que citou dificuldades da sua família numa prática agrícola livre da utilização de agrotóxicos: "o meu pai [...] ficou 9 anos sem usar nenhum produto químico na erva mate [...] só que agora, como ele não vai conseguir mais dar conta de um modo assim, agroecológico, daí ele voltou para convencional"(Técnica Renata, entrevistada em outubro de 2023).

Em maio de 2021, materializou-se a possibilidade de mudar a oferta de curso técnico, que foi visto como uma forma de aumentar a atratividade diante da queda acentuada no número de matrículas daquele período. Ainda que esses dados pudessem se relacionar a outros fatores — como a mudança na gestão e as restrições sanitárias provocadas pela pandemia. O principal elemento revelado pelas entrevistas foi, supostamente, a falta de interesse da comunidade escolar em dar continuidade ao curso em Agroecologia. Essa percepção é ilustrada pela fala da professora técnica Sophia quando perguntada do porquê do desmonte do curso:

A gente sabe que a agroecologia acontece, mas ainda é uma pequena realidade, não são muitas propriedades que trabalham com isso, então acho que meio que frustra um pouco os alunos a agroecologia. (...) Muitos alunos colocam que querem trocar de curso (Prof. Sophia, entrevistada em outubro de 2021).

Outro dilema seria a dificuldade de profissionalização no campo, pela falta de validação do certificado no curso pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

do Paraná (CREA/PR). Como destacado pela técnica Rosy quando perguntamos sobre as maiores oportunidades e dificuldades do curso:

(...) eu vou começar pela maior dificuldade. O nosso curso nunca teve reconhecimento pelo CREA. Na época que o CREA regulamentava (...) qualquer curso técnico (...) Técnico em Elétrica (...) ele era regulamentado pelo CREA, e nós não temos esse reconhecimento. Então o maior ranço do jovem, como é que ele vai para um curso técnico passar 3 anos aprendendo uma ideologia que vai melhorar a qualidade de vida, mas ele não vai ser reconhecido enquanto técnico. Então acho que a derrocada foi isso. E não era uma situação da casa familiar, não era uma situação (...) era uma situação nacional, né a agroecologia não era reconhecida (Téc. Rosy, entrevistada em outubro de 2023).

Além da ausência de reconhecimento institucional, outro problema suscitado nas entrevistas foi a falta de domínio dos conhecimentos agroecológicos por parte dos professores técnicos da CFR-SMS. Como podemos ver no relato da técnica Raquel: “quando as pessoas vêm para trabalhar em um curso de agroecologia (...) tem que ter uma formação em agroecologia (...) não é o que acontecia aqui. Geralmente são engenheiros agrônomos e que não entendem de agroecologia” (Téc. Raquel, entrevistada em outubro de 2023). Portanto, a falta de uma referência para o ensino dos saberes e técnicas agroecológicas pode ser considerado uma possível causa para o desmonte ou descrédito do curso.

Segundo a Técnica Rosy, a falta de referências em agroecologia já era um problema desde pouco depois da criação da escola, por conta do afastamento dos “agricultores experimentadores”, que passaram a exercer menos influências na escola após a sua institucionalização pelo poder público.

(...) esses agricultores experimentadores eles saíram do campo da escola quando ela se tornou “aula fechada”, então o agricultor perdeu o seu espaço. Então, acho que perdeu muito das nossas parcerias e, digamos, os profissionais perderam esses aliados fortes do conhecimento de agroecologia. A gente fazia calda sulfocáustica, a gente fazia adubo foliar com a urina da vaca, então a gente perdeu a nossa base que eram esses agricultores né (Téc. Rosy, entrevistada em outubro de 2023).

Ainda que o município de São Mateus do Sul conte com espaços pautados na agroecologia, como a Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos (COFAECO) e a feira de produtos orgânicos, essas redes continuam representando brechas e espaços de resistência. Apesar disso, os produtores que optaram pela agroecologia encontraram, aparentemente, desafios para “rentabilizar”, “profissionalizar” e “monetizar” suas produções, referências que foram internalizadas por educadores e estudantes como

signos de casos de “sucesso” e “fracasso” na inserção social. As professoras afirmaram que esses impasses foram determinantes para o aumento da evasão do curso e a diminuição do número de matrículas, reduzindo a relevância de motivos conjunturais, como políticos ou sanitários (a pandemia).

Ainda que, de início, a comunidade escolar da CFR-SMS vislumbrasse a implementação de um curso Técnico em Agroindústria, aproveitando os laboratórios de processamento alimentar instalados a partir dos projetos junto à Petrobrás, uma nova orientação da SEED/PR teria influenciado ou determinado a escolha pela implementação do curso Técnico Agrícola, que passou a ser ofertado a partir do ano de 2022.

No Parecer da Câmara do Ensino Médio e da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, do estado do Paraná, consta a autorização de funcionamento do curso técnico agrícola, integrado ao ensino médio, com desenvolvimento curricular da Pedagogia da Alternância, que indica e autoriza a "necessidade da Expansão dos Cursos Técnicos, em razão das alterações editadas nas normativas nacionais do Ensino Médio" (CEE/CEMEP N° 532/21, outubro de 2021).

As entrevistas dos professores e gestores indicaram que essas “orientações” teriam sido colocadas como uma imposição, conforme ilustrado na fala da técnica Rosy sobre os motivos que levaram a mudança curricular:

(...) foi uma coisa imposta pelo governo. Simplesmente de uma hora pra outra, oh: “a partir do ano que vem, é técnico agrícola”. Não existiu uma discussão com a comunidade, não existiu nenhuma pesquisa, não existiu nada. O governo simplesmente achou que tinha que mudar, e talvez até pra facilitar a questão de certificação, né?! (Téc. Rosy, entrevistada em outubro de 2023).

A falta de diálogo foi vista pela docente como uma estratégia dos representantes do governo para padronizar os cursos técnicos das CFRs e adequá-los à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. Além do mais, a ausência de uma consulta pública possibilitou que essa mudança fosse efetivada de modo a atender aos interesses dos representantes políticos e elites agrárias regionais.

O CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA

Os anos de 2020 e 2021 concentraram um conjunto de eventos que impactaram decisivamente a CFR-SMS: a pandemia, as mudanças nas políticas educacionais através da nova BNCC; a redução das matrículas, ameaçando a própria existência da escola e as

novas orientações políticas das gestões federal, estadual e municipais. Essas novas orientações político-administrativas apontavam para uma educação mais voltada para o atendimento acrítico das demandas de mão-de-obra do mercado, indicando um caráter “político-partidário” dos movimentos e educadores críticos às técnicas oriundas da revolução verde.

Na justificativa do Plano de Curso Técnico Agrícola (2021) da CFR-SMS, os autores defendem que a mudança curricular é importante para a agropecuária paranaense, e para o Agronegócio brasileiro¹⁰. Portanto, faz-se nítida a construção social de uma “verdade”, que é a necessidade de criar cursos para as demandas desse “mercado promissor”. Nessa mesma linha, o objetivo geral do curso foi definido como:

Formar profissionais para o setor Agropecuário, com conhecimentos sólidos em seu campo específico, bem como para atuar em diversas atividades e setores, com proatividade, liderança, multifuncionalidade, espírito empreendedor e responsabilidade social (CFR-SMS, 2021, p. 2).

O eixo gravitacional do curso deixou de ser a promoção da autonomia dos agricultores familiares e a sustentabilidade, para dar lugar à profissionalização dos estudantes dentro de uma ideia genérica de agronegócio. Isso se evidencia quando o plano de curso Técnico Agrícola reduziu as menções à questão ambiental e ecológica — ainda que cite compromissos “com menor impacto ambiental, econômico e social possível” (CFR-SMS, 2021, p. 8). Enquanto no curso Técnico em Agroecologia havia uma proposta de reconstrução do meio ambiente, na nova formação os danos ambientais aparecem como algo a ser mitigado, e não evitados.

Nesse novo formato, a agroecologia passou a constar como tema central de apenas uma das disciplinas técnicas, a “Agroecologia e Gestão Ambiental”, que possui uma carga horária de apenas duas aulas semanais durante o último ano do curso (ao todo são três anos, que correspondem aos três anos do ensino médio). Ademais, podemos encontrar citações à agricultura familiar apenas na disciplina de “Agronegócio, Administração e Extensão Rural”, quando fala das características gerais

¹⁰ “O Agronegócio Brasileiro representou 26,6% do produto interno bruto (PIB) nacional, totalizando quase R\$ 2 trilhões no ano de 2020, apresentando excelente desempenho tanto para a Pecuária, quanto para Agricultura (CNA, 2021). No ranking dos Estados, o Paraná está classificado em 2º lugar, produzindo cerca R\$ 115 bilhões de Valor bruto da Produção (VBP), em 2020 (ABN, 2020). Tendo em vista a importância do Estado do Paraná, no contexto produtivo agropecuária, o Curso Técnico Agrícola se justifica para o atendimento de um mercado promissor em plena expansão. Visa também o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo” (CFR-SMS, 2021, p. 1).

da agricultura, junto aos conteúdos sobre unidades de produção, agricultura empresarial e empresa agrícola.

Logo, podemos observar que a implementação do curso Técnico Agrícola incidiu fortemente sobre os princípios que regem a formulação das disciplinas da base técnica do currículo, dando maior abertura às práticas agrícolas convencionais. Os temas ambientais deixaram de ser transversais, e a agroecologia foi deslocada para apenas uma disciplina.

Ao que tudo indica, essas mudanças de currículo visavam adequar a formação dos jovens para as demandas do Agronegócio no estado paranaense, gerando mão-de-obra especializada nas práticas agrícolas convencionais. Aos olhos de muitos estudantes e professores da CFR-SMS, esse processo possibilitará novas formas de inserção profissional.

Um fato interessante é que a orientação impositiva da SEED/PR para redefinir os cursos técnicos das CFRs em prol das práticas agrícolas convencionais encontrou um respaldo positivo de muitos membros da CFR-SMS. Quando perguntamos sobre a percepção da comunidade escolar sobre a mudança de curso, o professor técnico Mateus respondeu:

Foi percebida como uma mudança positiva, por causa que antes não tinha tanta procura pelo curso que nem hoje, era difícil fechar turma para o curso de agroecologia por causa que na nossa região existe um certo preconceito, poderia dizer, com o agroecológico. É uma concepção de que não é possível produzir grande escala ou produzir para sobreviver em [formato] agroecológico (Prof. Mateus, entrevistado em novembro de 2023).

Segundo Mateus, um dos motivos que torna o curso técnico agrícola mais adaptado à região de SMS é o fato de possibilitar uma maior abertura para que os jovens consigam ingressar no mercado de trabalho enquanto extensionistas rurais, atuando com a realização de consultorias técnicas. Ele afirmou que “com o técnico agrícola, vai poder assinar receita, receituário de defensivos agrícolas. O técnico agroecológico não permite” (Prof. Mateus, entrevistado em novembro de 2023).

Em contrapartida, houve apenas uma tímida manifestação de resistência entre os defensores da agroecologia, que criticaram a perda dos princípios ambientais. Porém, mesmo os defensores se veem com poucos caminhos para dar continuidade na formação, como pode ser ilustrado na fala da técnica Rosy, que ponderou o seguinte: “como é que eu vou brigar por um curso que o número tá me apontando que ele não é mais viável?”.

Segundo a professora Laura, o curso Técnico Agrícola poderia ser uma forma de expandir a produção dos estudantes e a inserção profissional nas empresas agrícolas. Ela considerava que o município poderia valorizar mais a escola, o que possibilitaria a manutenção regular.

Já a professora Elisa considerou que o curso técnico agrícola tem um caráter mais abrangente, disponibilizando saberes sobre a prática agrícola sustentável e a convencional, dando o poder de escolha para os estudantes optarem entre as formas de produção. Elisa destacou que a transição também poderia facilitar o trabalho dos professores técnicos, pois a matriz curricular do novo curso é mais condizente com a formação superior dos profissionais contratados pela instituição.

A partir das respostas que obtivemos com professores e estudantes, podemos identificar um cenário em que os membros da comunidade escolar optaram por se adaptar ou ceder às pressões. Houve, aparentemente, uma redução da “brecha” de autonomia didática e administrativa da CFR. Aumentaram as interferências dos governos (municipais e estadual), do mercado agropecuário regional, que apontaram numa mesma direção: reduzir a influência de uma prática pedagógica transformadora e crítica, e consolidar a escola em um espaço de formação de jovens para trabalhar dentro da dinâmica do agronegócio.

AGROECOLOGIA: UMA BRECHA CAMPONESA NA EDUCAÇÃO

A agroecologia encontrou diversos obstáculos para consolidar sua expansão como campo de estudos e práticas entre agricultores familiares, que sofrem com a pressão da estrutura produtiva e das organizações políticas pela adoção das técnicas agrícolas convencionais. A transição curricular, que levou à descontinuidade do curso Técnico em Agroecologia para a oferta do curso Técnico Agrícola na CFR-SMS, expõe alguns dos impasses e ambiguidades que encontraram um respaldo “controverso” na comunidade escolar.

Ainda assim, os antecedentes históricos de resistência aos modelos agrícolas hegemônicos nos indicam o desafio de uma ruptura imediata e definitiva. Como desdobramentos da teoria marxista, Karl Kautsky (1980) retratou o processo de expulsão dos camponeses e procurou demonstrar que a economia camponesa não era sinônimo de eficiência, mas de superexploração decorrente da impossibilidade de uma concorrência com dinâmicas produtivas da agricultura capitalista (Abramovay, 2007).

De outra perspectiva, Lênin (1985) não viu diferença qualitativa entre a agricultura e a indústria, ao contrário, percebeu um processo de homogeneização da formação do modo de produção capitalista. Considerando os pequenos e grandes fazendeiros independentes como pequenos e grandes empreendedores. Assim, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura resultaria num processo de diferenciação social que, de um lado, criaria uma burguesia agrária e, de outro, um proletariado no processo de constituição de grandes explorações agrícolas.

Já Alexander Chayanov destacou-se pela teoria a respeito do funcionamento interno da economia camponesa, vista como um sistema econômico não capitalista. Na economia clássica temos os seguintes conceitos: valor de troca (preço de mercado), receita bruta, salários, lucro e renda, categorias econômicas que se determinam umas às outras, funcionalmente interdependentes. De outro lado, temos a exploração agrícola familiar, com a família equipada com meios de produção e que emprega sua força de trabalho.

Para Chayanov (1981), a impossibilidade de decomposição do produto do trabalho camponês analiticamente, a não existência do salário, faz o cálculo sobre o campesinato concentrar-se no tamanho e composição da família, pelo esforço do trabalho, isto é, pelo grau de auto exploração submetido. Portanto, a análise deve ser construída a partir da especificidade das relações de produção e do cálculo econômico das unidades familiares, que assegurariam alguns mecanismos de autonomia, quase sempre não traduzíveis à lógica do capital.

Resumindo, o modelo camponês deveria se orientar, para Chayanov, na inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo dessa forma de trabalho não é quantificável; e os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca. Em Chayanov (1981) as diversidades situacionais encontram-se em contextos que interferem no funcionamento da atividade camponesa, e a sua reprodução é permitida pelo grau de auto exploração determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho.

Diferentemente do caso europeu, no Brasil essa forma de agricultura teve seu desenvolvimento de forma distinta, sendo articulada também com outras formas de produção coloniais, originárias ou tradicionais, principalmente no que se refere à

plantation — marcada pela utilização de mão de obra escravizada, pela monocultura e pela organização latifundiária.

Apesar de reconhecer a dominação exercida pelo sistema de *plantation*, Ciro Flamarion Cardoso (1987) questionou a ideia “monolítica e classificatória” do sistema escravista defendida por autores como Jacob Gorender, que consideravam que os escravos eram meros objetos/mercadorias, ao invés de encará-los como sujeitos sociais, negando a existência de diferentes formatos de campesinato no Brasil. Cardoso (1987) demonstrou como os escravos possuíam diversas formas de se organizar coletivamente por meio das “brechas camponesas”, termo construído por Tadeusz Lepkowski para “exprimir a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation*” (Cardoso, 1987, p. 133).

Há, ainda, percepções que consideram a contradição inconciliável entre as categorias de campesinato e a escravidão, apesar disso Cardoso (1987) afirmou que as brechas camponesas revelavam existência de uma espécie de protocampesinato no Brasil colônia. Essa forma de organização, embora não possa ser considerada como um movimento contra hegemônico que trouxesse risco ao sistema escravista, foi vista pela historiografia como um fenômeno que abriu possibilidades inéditas de interpretação e análise.

Assim, desde as brechas camponesas entre as *plantations*, podemos identificar espaços de autonomia, não só para criar vínculos com a terra, como também para produzir e reproduzir conhecimentos à margem das lógicas de dominação hegemônica. Tendo em vista as peculiaridades das relações comerciais estabelecidas entre os latifundiários, houve um protocampesinato escravo e indígena para Cardoso (1987).

Diferente do regime escravocrata, as características da agricultura capitalista contemporânea têm maior proximidade com as lógicas da chamada “modernização conservadora”, efetuada a partir da segunda metade do século XX. Essa modernização se desenvolveu principalmente através do advento da Revolução Verde, que marcou um investimento massivo do Estado brasileiro na inserção das tecnologias mecanizáveis e químicas na agricultura (Delgado, 1985; 2001; Graziano da Silva, 1981).

Esse processo mais recente produziu uma mentalidade empreendedora entre os agricultores, internalizando a racionalização de sua produção, pensando na lucratividade como fim único dos seus empreendimentos. Desta forma, iniciou o movimento que

culminaria na consolidação do que se convencionou chamar de “agronegócio” brasileiro (Souza, 2017), baseado na noção norte-americana do *agribusiness*.

O termo *agribusiness* foi criado em meados de 1955 nos Estados Unidos, sendo definido inicialmente como uma junção de todas as etapas de produção, industrialização e distribuição das chamadas *commodities* agrícolas. Já a noção de “agronegócio” aos poucos ganhou também sua inserção na esfera pública brasileira através dos representantes do setor agrícola, que teve como efeito a falta de precisão analítica, a capacidade de diferenciação social entre os elementos do setor, ou seja, confundindo o todo pela parte, uma sinédoque (Pompeia, 2018).

A educação aparece como um dos mecanismos utilizados por setores e organizações para difundir suas ideologias e práticas, tanto de uma perspectiva dos movimentos sociais quanto das elites agrárias. A consolidação da hegemonia política e econômica da sociedade brasileira como uma sociedade do agronegócio pode ser contemplada através de uma “pedagogia do consenso”, que exclui os riscos e danos da agricultura convencional como parte deste processo (Cordeiro, 2022).

Na CFR-SMS, a presença do agronegócio já é antiga. Apesar das bases alternativas que originaram a escola, relacionadas à demanda contextual da agricultura familiar na região, podemos notar que, desde o princípio, a escola aparece envolta em relações com o agronegócio. Neste sentido, podemos ler a implementação do curso Técnico Agrícola como mais um passo dado no sentido de concretizar um consenso em torno do agronegócio na escola, deslocando a pauta da sustentabilidade para um segundo plano.

Porém, apesar da aparente vitória das bases convencionais, esse fenômeno não necessariamente inaugura o fim da agroecologia na CFR-SMS. O comentário do estudante Richard, do 1º ano do curso Técnico Agrícola, que afirmou pretender desenvolver uma cultura de erva mate orgânica em sua propriedade, demonstra que a pauta da agricultura sustentável não some após a transição curricular, mesmo deixando de ser o foco principal do projeto de ensino.

Por conta da intensificação dos problemas agrários e ambientais pela modernização da agricultura, surgiram diversos movimentos sociais críticos que trabalham contra a hegemonia do agronegócio. Dentre os quais, destaca-se o protagonizado em torno da agroecologia, que não surge como um tema inédito, representando uma continuação do movimento das agriculturas alternativas.

Desde a década de 1970, os representantes do movimento da agricultura alternativa passaram a formular críticas contra o modelo de produção agrícola que se tornava hegemônico no país com o advento da Revolução Verde. Segundo Brandenburg (2017), este movimento não só se contrapunha ao modelo dominante, como também passou a propor uma releitura das práticas agrícolas populares, constituindo uma estratégia de reprodução social dos agricultores.

Logo, podemos inferir que as práticas agroecológicas estão atreladas às pautas políticas dos movimentos ecológicos e dos movimentos sociais rurais. Dentre as quais, o investimento em circuitos curtos de comercialização, em agroindústrias familiares e/ou comunitárias, a implementação de programas de Estado e créditos específicos para os produtores agroecológicos, e a criação de cursos pautados pela educação em agroecologia.

Porém, dado o cenário hegemônico da agricultura convencional, o processo de consolidação da agroecologia passaria, inevitavelmente, pela sua expansão na arena educacional. Essa expansão não só está condicionada pela existência de políticas públicas, incentivos privados e/ou por movimentações políticas, como também exigiria uma reestruturação ampla dos cursos de ciências agrárias, que “continuam formando profissionais para atender ao padrão tecnológico da agricultura convencional, seguindo a racionalidade econômica e os modelos técnicos produtivistas” (Aguiar, 2010, p. 4).

Enquanto essa reestruturação não se efetiva, surgem diversas experiências de educação em agroecologia, como a da CFR-SMS, que não necessariamente rompem radicalmente com a estrutura agrária, mas provocam transformações. Essas brechas nos revelam possibilidades relevantes para se pensar no processo de expansão de práticas alternativas no que se refere ao âmbito da educação do campo, que deixa vestígios mesmo quando sufocada por instituições públicas e privadas.

A relação entre os estudos clássicos e a agroecologia, através da noção de "brecha camponesa", pode ser vislumbrado tanto no estudo da CFR-SMS quanto em outros trabalhos recentes. Semelhantes conclusões foram suscitadas por Gondim de Araújo (2012) ao analisar as heranças da comunidade negra rural camponesa do Engenho Siqueira. Em uma perspectiva similar, Silva (2019) empregou o mesmo conceito para investigar as contribuições históricas das comunidades negras (quilombola ou não) para a construção do conhecimento agroecológico na atualidade.

Na CFR-SMS, a “brecha camponesa” representada pela experiência

agroecológica vivenciada entre os anos de 2009 e 2023 se expressa principalmente pelo fato de a agroecologia sobreviver à mudança de currículo, ainda que condicionada pelo novo curso, que contém menos menções à sustentabilidade que o anterior. Ou seja, mesmo que ocorram transformações estruturais em prol das dinâmicas capitalistas de produção agrícola, e mesmo que estas transformações sejam amparadas por contextos políticos e ideológicos favoráveis, ainda existem meios para a preservação de práticas que pautam a autonomia camponesa e a sustentabilidade.

Entretanto, alguns dilemas recorrentes atravancam o desenvolvimento da agroecologia. Entre os quais, destacamos a dificuldade de certificação dos produtos agroecológicos, a falta de regulamentação da profissão de agroecólogo nos conselhos regionais e o descrédito da agroecologia por parte da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na CFR-SMS, encontramos muitos dilemas que influenciaram na desmotivação de parte dos estudantes em praticar a agroecologia, um discurso que mostrava algumas ambiguidades. As fronteiras entre o convencional e o agroecológico moviam-se numa linha tênue, entre a possibilidade de monetarização da atividade agrícola e as diferentes táticas de manter a escola do campo em funcionamento diante das pressões políticas e econômicas.

Mas um ponto merece atenção, a percepção de uma noção negativa da agroecologia, pensada como uma prática mais trabalhosa, que requer mais cuidados, que possui muitas restrições às “técnicas agrícolas costumeiras”. O processo de internalização de um modelo agrícola convencional, com técnicas oriundas da revolução verde, já aparece nos discursos como “tradição/segurança”, e a agroecologia como “inovação/risco”.

As ambiguidades revelam como essa brecha camponesa resiste, mesmo com a transição curricular e as mudanças de valores. Encontramos relatos que demonstram uma percepção positiva para iniciativas ecológicas, como no exemplo da resposta do estudante Richard, quando questionado sobre qual agricultura ele pretende desenvolver:

eu quero me especializar (...) mais para a área biológica e orgânica (...) atualmente (...) o que mais importa é o lucro, e o que dá mais lucro é o convencional. Mas mesmo tendo maior cultivo convencional, eles tão mudando pro orgânico (Estudante Richard, entrevistado em novembro de 2023).

A intenção do estudante Richard de inserir a agricultura orgânica dentro de sua propriedade, apesar de reconhecer que a agricultura convencional seja mais lucrativa e mais praticada entre os agricultores da sua região, demonstrou como a agroecologia pode sobreviver como uma brecha dentro da estrutura dominante. Ao afirmar que é necessário o investimento em uma prática agrícola mais sustentável, mesmo que menos lucrativa, o Richard expressou uma compreensão de que a agricultura não se resume às lógicas capitalistas, mas também aos princípios de preservação ambiental, autonomia e soberania alimentar.

O caso da Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul se encontra em meio a dois dilemas fundamentais: ao mesmo tempo que é afetada pelos desinvestimentos do Estado nas políticas educacionais do campo, também sofre com os impasses para a consolidação da agroecologia enquanto uma formação básica e profissional. Nesse sentido, a comunidade escolar teve de se adaptar não só às pressões da SEED/PR no âmbito educacional, como também às dinâmicas agrárias definidas pelas empresas agropecuárias.

As expressões dos estudantes indicaram um cenário em que a agroecologia pode ser vista como uma prática condicionada a se adaptar às lógicas da agricultura capitalista para conseguir se expandir entre os agricultores familiares — em especial os jovens —, oportunizando contrapartidas econômicas. De outro lado, também podemos interpretar esse cenário como uma demonstração de como a agroecologia persiste como uma prática de resistência. Em meio à hegemonia da agricultura capitalista, sobrevivendo por meio dos defensores de um ideal que pauta uma produção alimentar mais sustentável, saudável e socialmente justa.

De forma similar às “brechas camponesas”, a agroecologia pode até não ameaçar o caráter dominante do sistema da agricultura convencional, mas provoca uma mudança. À revelia, surgiram novas formas de se pensar as relações econômicas, socioambientais e culturais do campo. Além de que, assim como no caso das “brechas camponesas”, a agroecologia também tem sido foco de investidas que reduzem seu potencial contra hegemônico.

Faz-se relevante revelar novas rotas de fuga no entremeio das “brechas” do sistema, identificando “heterotopias” como forma de criar “espaços libertários e autônomos nas dobras do espaço estratificado” (Gallo; Figueiredo, 2018, p. 49). Não

importa qual seja a proposta, tenderá a esbarrar com as múltiplas expressões do sistema dominante, cabendo a construção de diferentes estratégias para garantir a continuidade das práticas agroecológicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

AGUIAR, Maria V. A. Educação em Agroecologia: que formação para sustentabilidade? **Agriculturas**, v. 7, n. 4, dez. p. 4-6, 2010.

BALLA, João V. Q.; MASSUKADO, Luciana M.; PIMENTEL, Vania C. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/15589> Acesso em: 20 jan. 2024.

BOF, Alvana M. (org.) **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRANDÃO, Carlos R. **O AFETO DA TERRA: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BRANDENBURG, Alfio. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 152-167, 2017.

CAPORAL, Francisco R. (Org.); COSTABEBER, José A. (Org.); PAULUS, Gervásio (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1.

CAPORAL, Francisco. R.; COSTABEBER, José A.; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In.: CAPORAL, F. R. (Org.); AZEVEDO, E. O. (Org.). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, p. 45-80, 2011.

CARDOSO, Ciro F. S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CFR-SMS. **Projeto de Curso Técnico Agrícola Integrado**. São Mateus do Sul: CFR-SMS, 2021.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, p. 133-163, 1981

CORDEIRO, Tássia G. B. de F. e. **A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo**. 2022. 421 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9829> Acesso em: 20 jan. 2024.

GALLO, Silvio; FIGUEIREDO, Glaucia M. Entre maioria e minoridade: as regiões de fronteira no cotidiano escolar. **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S. l.], v. 1, n. 14, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3035> Acesso em: 20 jan. 2024.

GONDIM DE ARAUJO, Marli. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.** Bogotá, v. 21, n. 1, p. 99-114, jan. 2012.

GRANEREAU, Abbé. **O livro de Lauzun: onde começou a Pedagogia da Alternância**. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 20 de jun. de 2023.

KAUTSKY, Karl. (1899). **A questão agrária**. 3ª ed. Proposta Editorial: São Paulo, 1980.

LÊNIN, Vladimir I. (1899). **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Humberto R. de. **A pedagogia da alternância nas Casas Familiares Rurais do Paraná: uma possibilidade de integração entre ensino médio e educação profissional**.

2013. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.

POMPÉIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. 2018 [s.n.]. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

PPP-CFR-SMS. **Projeto Político Pedagógico: Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul**. PR: São Mateus do Sul, 2014.

SILVA, José N. A atualidade do campesinato negro no nordeste brasileiro e suas contribuições para a construção do conhecimento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 80–96, 2019. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22981> Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Gilson L. R. História do Agronegócio no Brasil. **Folha Acadêmica do CESG**, nº 13. Jan-mar, 2017, p. 13-15. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica/article/view/353> Acesso em: 14 de jan. de 2024.